



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Apêndice Nº 1/2025 - TRE/PRESI/DG/SAOF/COAAD/SEAPT/ASSEAPT

APÊNDICE IV

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Esta contratação no que concerne a Política de Sustentabilidade, embora citados de forma espaçada no corpo do Termo de Referência, para uma melhor compreensão de visualização, por parte da futura CONTRATADA, dos normativos em que foram baseados a os critérios definidos na legislação vigente e em outros instrumentos de boas práticas de contratações sustentáveis, dividimo-los da como segue:

Normas Gerais:

- a. Lei 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos;
- b. Lei 12.305/2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- c. Lei 6.938/1981: Política Nacional do Meio Ambiente (Licenciamento Ambiental);
- d. Decreto 99.274/1990: Regulamenta da Lei 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- e. Decreto 7.746/2012: Critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas (Lei 8.666/1993);
- f. Decreto Estadual (Piauí) 20498/2022: Diretrizes para a implementação do sistema de logística reversa de embalagens;
- g. Instrução Normativa SLTI/MPOG 1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal);
- h. Resolução CNJ 400/2021: Política de sustentabilidade do Poder Judiciário;
- i. Portaria Presidência TRE-PI 683/2021: Instituição do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TRE-PI;
- j. Norma NBR 15448-1, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas): Terminologia relacionada a embalagens plásticas biodegradáveis e/ou renováveis;
- k. Norma NBR 15448-2, da ABNT: Procedimentos para biodegradação e compostagem de embalagens plásticas biodegradáveis e/ou renováveis;
- l. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da CGU.

Exigências Gerais:

- I. CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS: Os serviços contratados e os itens a serem fornecidos devem observar, em sua composição e no processo produtivo:
 - a. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - b. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - c. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - d. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
 - e. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

- f. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

II. CONSTITUIÇÃO DOS BENS:

- a. Os bens devem ser constituídos, preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado ou reciclável, atóxico, biodegradável e/ou de fontes renováveis conforme as Normas Técnicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.
- b. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

III. ACONDICIONAMENTO DOS BENS:

- a. com o menor volume possível;
- b. produzidas com materiais recicláveis/reciclados, como papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar;
- c. que garantam a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d. que sejam objeto de logística reversa.

Quanto às exigências para esta contratação:

I. Gestão e descarte de resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (Reee) - Painéis, Baterias, Inversores:

a. Dimensão: Sustentabilidade Ambiental

b. Base Legal/Normativa:

i. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS): institui a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e define a logística reversa como instrumento obrigatório para produtos como os eletroeletrônicos, seus componentes, pilhas e baterias.

ii. Decreto nº 10.936/2022: Regulamenta a PNRS, reforçando as obrigações de logística reversa

iii. Resolução CONAMA nº 401/2008: Trata do gerenciamento de pilhas e baterias. Estabelece limites para metais pesados e define as responsabilidades de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes na coleta e destinação ambientalmente adequada das baterias usadas. Esta resolução é diretamente aplicável às baterias utilizadas em sistemas FV, sejam elas chumbo-ácido, níquel-cádmio ou outras abrangidas pela norma. Os estabelecimentos comerciais e redes de assistência técnica devem receber as baterias usadas dos usuários para repasse aos fabricantes/importadores.

iv. Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais

c. Requisitos para esta contratação

i. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS): A empresa contratada deve apresentar um

PGRS específico para o contrato, conforme preconiza a PNRS, detalhando os procedimentos para segregação na origem, acondicionamento, transporte e destinação final de todos os resíduos gerados durante os serviços de manutenção. Deve haver um capítulo específico detalhando o manejo de painéis fotovoltaicos, inversores, baterias e outros componentes eletrônicos classificados como REEE.

1. Etapa de Verificação e Documentação / Método de Verificação Sugerido

a. Habilitação/Proposta: PGRS Preliminar ou Declaração de Compromisso

b. Execução do Contrato: PGRS Final Aprovado.

ii. Proibição de Descarte Incorreto: A contratada é terminantemente proibida de realizar o descarte de painéis, baterias, inversores e quaisquer outros REEE em aterros sanitários comuns, destinados a resíduos sólidos urbanos, ou em qualquer local não licenciado para recebê-los.

iii. CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais): O CTF/APP é obrigatório para serviços de manutenção em usinas fotovoltaicas, conforme segue:

1. Atividades envolvidas:

a. descarte, transporte ou gerenciamento de resíduos perigosos (como baterias, óleos isolantes, painéis danificados);

b. operação ou manutenção de sistemas de armazenamento de energia, como baterias de chumbo-ácido ou lítio;

c. instalação ou desmontagem de sistemas, envolvendo impacto ambiental direto.

2. Enquadramento nas categorias do Anexo VIII da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021:

a. Código 21.01 – Instalação, operação e manutenção de sistemas de geração de energia elétrica com potencial poluidor.

b. Código 19.01 – Transporte ou armazenamento de resíduos perigosos.

OBS. 1: Referida exigência (CTF/APP) seria dispensada se o serviço envolvesse:

- apenas limpeza, inspeção visual ou ajustes simples, sem gerar resíduos perigosos nem interferir em sistemas de energia armazenada.
- Prestação de serviço administrativo, comercial ou de consultoria técnica, sem operação direta dos sistemas.

OBS. 2: Os normativos ainda preveem a exigência, durante a execução do contrato, de comprovações que, todavia, não podem ser exigidas no âmbito no Piauí, dada a inexistência de instituições certificadoras ou empresas devidamente licenciadas para esse fim, a saber:

iv. Comprovação de Destinação Adequada: A contratada deve apresentar, periodicamente ou ao final de cada intervenção que gere REEE, comprovantes formais da destinação ambientalmente adequada desses resíduos. Isso inclui Certificados de Destinação Final (CDF), Certificados de Destruição, ou documentos equivalentes emitidos por empresas de tratamento ou reciclagem devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes. O uso do Manifesto de Transporte de Resíduos

(MTR), preferencialmente emitido através do sistema MTR Online do SINIR, deve ser exigido para rastrear o transporte.

v. Adesão/Utilização de Sistema de Logística Reversa: A contratada deve comprovar a adesão ou utilização de sistemas de logística reversa estabelecidos. Para baterias, a comprovação deve demonstrar o cumprimento das obrigações da Resolução CONAMA nº 401/2008, o que pode envolver a apresentação de acordos com fabricantes/importadores ou entidades gestoras. Para painéis e inversores, exigir a comprovação de encaminhamento para sistemas compatíveis com o Acordo Setorial de Eletroeletrônicos ou, na ausência de um sistema específico plenamente operacional para esses itens, o encaminhamento para recicladores ou destinadores licenciados. A comprovação pode ser feita por meio de declarações, contratos com entidades gestoras ou planos detalhados de encaminhamento.

II. Eficiência e qualidade dos componentes

a. Dimensão: Sustentabilidade Ambiental e Econômica

b. Base Legal/Normativa:

i. Portaria INMETRO nº 140/2022: Estabelece os Requisitos de Avaliação da Conformidade e o Regulamento Técnico da Qualidade para equipamentos de geração, condicionamento e armazenamento de energia elétrica em sistemas fotovoltaicos.

ii. Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023: Define requisitos técnicos para conexão e operação de sistemas de geração distribuída, incluindo exigências para inversores fotovoltaicos.

c. Requisitos para o Termo de Referência:

i. Obrigatoriedade de Certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO): Todos os componentes (painéis, inversores, baterias, cabos, dispositivos de proteção) devem possuir certificação compulsória válida conforme a Portaria INMETRO nº 140/2022.

1. Verificação na Habilitação/Proposta: Declaração de compromisso

2. Verificação na Execução: Conferência da marca de conformidade no produto e apresentação de certificados ou notas fiscais

ii. Especificações Técnicas de Desempenho

1. Padrões de eficiência, durabilidade e rendimento: Todos os componentes fornecidos devem atender aos padrões de eficiência, durabilidade e rendimento previstos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

2. Etiquetagem de eficiência energética: se aplicável, os itens fornecidos devem ostentar etiquetagem de eficiência energética como o Selo Procel, para garantir a longevidade dos sistemas e a menor geração de resíduos.

III. Práticas ambientais na prestação do serviço

a. Dimensão: Sustentabilidade Ambiental

b. Base Legal/Normativa:

i. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Estabelece o princípio do desenvolvimento nacional sustentável como diretriz das contratações públicas.

ii. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos): Determina práticas para gestão e disposição final de resíduos, priorizando sua não geração.

iii. Art. 225 da Constituição Federal: Garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e

impõe deveres à coletividade e ao poder público.

c. Requisitos para o Termo de Referência:

- i. Uso Racional de Recursos Naturais: na execução dos serviços, a contratada deve adotar práticas de economia no uso de água e energia.
- ii. Gestão de Resíduos Não-Classificados como Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (não-REEE): a contratada deve adotar procedimentos para separação, armazenamento e destinação correta de resíduos como embalagens, EPIs usados, materiais contaminados etc.
- iii. Prevenção da Poluição: a contratada deve estabelecer medidas de controle no uso de fluidos, lubrificantes ou outros agentes que possam contaminar o solo e a água.

IV. Segurança e saúde no trabalho (SST)

a. Dimensão: Sustentabilidade Social

b. Base Legal/Normativa:

- i. Norma Regulamentadora (NR) nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego: Estabelece requisitos de segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- ii. Norma Regulamentadora (NR) nº 35 do Ministério do Trabalho e Emprego: Trata da segurança no trabalho em altura, essencial para manutenção de painéis em telhados.
- iii. Norma Regulamentadora (NR) nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego: Define as obrigações sobre o fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- iv. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Dispõe sobre a proteção ao trabalhador, saúde e segurança no ambiente laboral.

c. Requisitos para o Termo de Referência:

i. Declaração de Conformidade com Normas Regulamentadoras NR-10, NR-35 e NR-06: as licitantes devem ser expressamente reconhecer e assumir a conformidade dos serviços com as referidas normas.

- 1. Verificação na Habilitação/Proposta: Declaração de compromisso
- 2. Verificação na Execução: Conferência por inspeções e análise de procedimentos

ii. Comprovação de Treinamento: A contratada deve apresentar certificados atualizados dos seguintes cursos obrigatórios realizados pelos profissionais:

- 1. NR-10 Básico e SEP (Sistema Elétrico de Potência); e
- 2. NR-35.

iii. Fornecimento e Uso de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI/EPC):

- 1. A contratada deve fornecer e fiscalizar o uso dos EPIs/EPCs.
- 2. Os EPIs/EPCs devem possuir Certificado de Aprovação (CA) válido.

iv. Procedimentos Operacionais de Segurança e Comunicação de Acidentes:

- 1. A contratada deve definir e comunicar com clareza os procedimentos operacionais de segurança;
- 2. A contratada deve informar imediatamente à contratante sobre a ocorrência de acidentes na

execução contratual.

V. Condições dignas de trabalho e garantias trabalhistas

a. Dimensão: Sustentabilidade Social

b. Base Legal/Normativa:

i. Constituição Federal (Art. 1º e Art. 7º): Estabelecem o valor social do trabalho e direitos fundamentais dos trabalhadores.

ii. CLT: Define direitos trabalhistas básicos como salário-mínimo, férias, FGTS etc.

c. Requisitos para o Termo de Referência:

i. Cumprimento Integral da Legislação Trabalhista: A contratada é obrigada a observar toda a legislação trabalhista aplicável.

ii. Comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista: Certidões negativas de débitos (CNDT e CRF) devem ser apresentadas e atualizadas durante a execução.

iii. Proibição de Trabalho Infantil e Condições Análogas à Escravidão: Referidas práticas são passíveis de sanções contratuais caso sejam detectadas no curso do contrato.

Em 29 de abril de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto de Amorim Coelho**, **Analista Judiciário**, em 29/04/2025, às 21:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002400465** e o código CRC **CACCC5E7**.

0016699-78.2024.6.18.8000

0002400465v2



--